

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – NORTE



CESPU – FORMAÇÃO ANGOLA

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA
INSEGURANÇA E DO MEDO DO CRIME EM
ANGOLA**

MARIANA BOLELA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – NORTE



CESPU – FORMAÇÃO ANGOLA

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA
INSEGURANÇA E DO MEDO DO CRIME EM
ANGOLA**

MARIANA BOLELA

ORIENTADOR: ERNESTO PAULO FONSECA

“Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte para obtenção do grau de mestre em Psicologia Clínica e da Saúde”.

PORTO, 2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, de feliz memória, que me deram vida e me ensinaram os primeiros passos e aos meus filhos que consentiram sacrifício da falta de afecto total por causa das minhas ausências por este trabalho,

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, de feliz memória, que me deram vida e fizeram com que eu fosse o que sou e que me deram as primeiras aprendizagens, a minha infinita gratidão.

Aos meus filhos, ao meu querido esposo que consentiram sacrifício durante a minha formação, suportando o vazio da falta de afectividade tanto de mãe como de esposa por causa deste trabalho de investigação, o meu profundo reconhecimento.

À direcção da CESPU Formação - Angola que na sua extensão à Angola proporcionou conhecimentos muitos valiosos e preciosos aos benguelenses, o meu profundo agradecimento.

Ao meu prestimoso tutor, professor Ernesto Paulo Fonseca, pela dedicação e sabedoria com que me orientou este trabalho de investigação, o meu eterno reconhecimento.

Aos docentes que com boa disposição, sacrifício e espírito de entrega proporcionaram conhecimento extremamente valiosos aos benguelenses, o meu profundo apreço.

Ao Mestre Vianeke, que com tanta paciência me soube aturar, dando-me de beber tudo aquilo que ele sabe da sua experiência do dia-a-dia, o meu muito obrigado.

A todos os colegas, especialmente a Maria da Gloria e a Delfina Carlos, a minha sincera gratidão pelo suporte que me deram.

Não encontro palavras nem expressões humanas para agradecer à Deus por me ter iluminado o pensamento e me proporcionado a inteligência para esta investigação. Aprendi ao pensar e aprendi ao escrever. Continuarei a aprender sempre com ELE.

RESUMO

Este trabalho de investigação incide sobre o crime e criminalidade: representações sociais da insegurança e do medo do crime.

Comprovando-se que, hoje a nível do mundo e a nível de Angola, existe um índice elevado de criminalidade, é importante que as pessoas tenham medo de cometer crimes e tenham medo da insegurança para que a sociedade encontre equilíbrio e todas as pessoas vivam seguras em toda e qualquer parte do mundo. A criminalidade desestabiliza a sociedade, e consequentemente um país, prejudicando a economia nacional, reduz o nível de produção e produtividade. O objectivo deste tema é exactamente, a investigação sobre as vantagens do medo de cometer crime e do medo da insegurança para se evitar o mesmo. Para efeitos desta investigação foram inqueridos 190 sujeitos de ambos os sexos, com idade compreendida entre 15 e 59 anos, sendo 127 do sexo masculino e 63 do sexo feminino, com escolaridade que vai do analfabetismo até à licenciatura. Este é um estudo ainda pioneiro em Angola e, considerámo-lo de suma importância pelo índice de criminalidade que este país regista com maior incidência ao nível das grandes cidades. A sociedade deve ser educada para o respeito dos outros e das suas coisas e por isso, deve-se implementar programas de educação comunitária referente a criminalidade (insegurança e medo do crime).

Palavras-chave: Crime, Medo, Criminalidade, Insegurança, representações sociais

ABSTRACT

This work falls up on crime and criminality: social representations of insecurity and crime.

Noting today that there is a high index of criminality around in the world and in Angola, it is important that the people be afraid of committing crimes, and be afraid of the insecurity, for that society can find balance and all of the people live safe in all and any part of the world. The criminality destabilizes the society consequently and country and it harms the national economy because it reduces the level of production and productivity. The objective of this theme is exactly the investigation about the advantages of fear to commit crime and fear of insecurity to avoid them. For the effect of investigation we had 190 participants of both sexes with age among 15 and 59 years of age, such as 127 male and 63 female with degree of education from the illiteracy to the higher education. This is the first study in Angola, in addition, the meaning for the index of criminality registered with larger incidence compared with other great cities. The society should be educated for the respect of one another and of their things and so, it should be implemented programs of community education regarding criminality (insecurity and fear of the crime).

Key words: Crime, Fear, Criminality, Insecurity, social representasion

LISTA DAS ABREVIATURAS

RS - Representações Sociais

MC - Medo do Crime

IMC - Insegurança e medo do crime

GC - Guerra Colonial

GCA - Guerra civil de Angola

PNUD - Programa das nações unidas para o desenvolvimento

ONODC - Nações unidas contra a droga e o crime

CESPU- Cooperativa do Ensino Superior, Politécnico e Universitário

ÍNDICE

Conteúdo

INTRODUÇÃO	3
CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. Crime	6
2. Criminalidade	6
3. Insegurança	7
4. Medo	7
5. O Medo do Crime	8
6. RESENHA HISTÓRICA DO MEDO E DA INSEGURANÇA	8
7. AS DIMENSÕES DA INSEGURANÇA.....	9
8. FACTORES QUE CONDICIONAM O MEDO DO CRIME	11
9. A CRIMINALIDADE EM ÁFRICA	12
10. A CRIMINALIDADE EM ANGOLA	13
11. CRIME E CRIMINALIDADE EM BENGUELA	15
12. QUADRO TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	18
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	26
1. OBJECTIVOS	27
2. PROCEDIMENTO	27
3. AMOSTRA	28
4. Processos de tratamento e análise dos dados	28
5. RESULTADOS	28
5.1 – Representação social do medo do crime	28

5.2 – Representação social da insegurança	29
2.5. DISCUSSÃO.....	30
2.6. CONCLUSÕES.....	32
2.7. RECOMENDAÇÕES	Error! Bookmark not defined.
BIBLIOGRAFIA.....	33
Anexo 1. Pedido de autorização para a realização do estudo em instituições.....	35
Anexo 2. Termo de consentimento informado.....	36
Anexo 3. Instrumento Utilizado	37

INTRODUÇÃO

O crime e criminalidade ao longo dos tempos constituíram sempre preocupação das grandes civilizações. Até aos nossos dias continuam sendo um problema para as populações e para os governos.

Assumi uma magnitude que é alvo de debates públicos e de comentários na vida diária dos cidadãos. Por isso este trabalho de investigação incide sobre o crime e criminalidade: insegurança e o medo do crime.

O objectivo deste trabalho é compreender a representação social do crime e da insegurança na população angolana, especialmente à benguelense.

Atribui-se grande importância a este trabalho porque poderá contribuir para a diminuição do crime e criminalidade e, posteriormente, da insegurança e do medo do crime em Angola, mormente em Benguela.

Para a recolha da informação utilizou-se a escala técnica da associação livre (Anexo 3): “palavra-estímulo faz-me pensar em?”. Foram criadas duas ordens de apresentação insegurança - medo de crime e medo de crime - insegurança, para anular os efeitos da ordem da apresentação. A ordem insegurança - medo de crime tem 92 questionários e a ordem medo de crime – insegurança 98.

Cada participante foi interrogado individualmente pelo investigador, tendo que responder apenas a uma das ordens.

As entrevistas foram efectuadas, na totalidade, no município Benguela, durante 8 semanas, em várias instituições laborais, de acordo com a acessibilidade da rede de contactos da investigadora. Assim, foram realizadas entrevistas: (i) aos médicos, enfermeiros e trabalhadores administrativos da Pediatria e da Maternidade do Hospital Provincial de Benguela; (ii) aos professores e alunos da Escola de Formação de Professores de Benguela; (iii) aos presidiários da Penitenciária de Benguela.

O consentimento informado da totalidade dos sujeitos foi obtido de forma escrita, sendo a participação voluntária não existindo qualquer contrapartida ou benefício económico para os participantes.

A amostra foi constituída por 190 participantes, sendo 66,85% do sexo masculino e 33,15% do sexo feminino. A idade variou de 15 os 59 anos, sendo a idade média de 31.15 ± 10.6 . A escolaridade, por seu lado, variou de analfabetismo (1%) à licenciatura (15%).

A estrutura deste trabalho consta de 2 capítulos:

- I. Capítulo - constitui a parte teórica do trabalho.
- II. Capítulo - constitui a parte prática do trabalho, contendo os objectivos, procedimento, amostra, resultados finalmente as conclusões recomendações e referência bibliográfica.

CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Crime

Crime – do Latim *crimen*, que significa “ofensa, acusação”; Crime é facto humano voluntário que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos protegidos pela ordem jurídica Germano (2005).

Segundo Silva (2005), O crime, além de fenómeno social, é um acto «feito» de uma pessoa, um comportamento, e como tal não há dois que sejam inteiramente iguais.

Germano (2005), demonstrou que o crime é um facto, um comportamento humano, mas para que esse comportamento humano possa qualificar-se como criminoso é necessário submetê-lo a uma tripla ordem de valoração: o facto tem de ser típico, tem de ser ilícito e tem de ser culpável.

Platão via o crime como sintoma duma doença cuja causa eram as paixões que são ciúmes, inveja, ambição, cólera, a procura de prazer e a ignorância da criminologia, (Figueira & Andrade, 1984).

Para o jurista, crime é todo acto humano, comissivo ou omissivo, previsto na lei penal e ao qual corresponde uma pena.

No Dicionário de Língua Portuguesa (2009), encontramos o crime como violação da lei, delito, transgressão ou ainda acto condenável.

2. Criminalidade

Dilio (2004) define criminalidade como um fenómeno social que resulta de factos que contrariam gravemente as condições existentes da vida social, num determinado tempo e num determinado lugar.

Criminalidade é percebida como uma característica ou estado de criminoso; é o conjunto e intensidade de acções ou crimes cometidos em determinada área, Dicionário Português (2009).

Criminoso é o indivíduo que cometeu um crime, delinquente e que envolve crime ou o contrário aos princípios morais, Dicionário Português (2009).

3. Insegurança

Segundo o dicionário português (2009), insegurança é a falta de segurança; sensação de incerteza, inquietação; sensação de exposição ao perigo.

Insegurança é um estado de permanente alerta para um perigo que se aproxima ou para algo que pode ameaçar a integridade da vida. A insegurança é maior nas áreas com elevado índice de criminalidade. Nas grandes cidades, a insegurança é notória em localidades com pouca iluminação, índice elevado de desemprego, de consumo álcool e de drogas.

Insegurança associa-se a perigoso, arriscado ou então sente falta de confiança. Inseguro é todo aquele que se sente ameaçado por algo que lhe faz mal ou que lhe pode fazer mal. É uma pessoa que vive uma expectativa negativa, prevendo um mal ou uma ameaça.

4. Medo

Medo é um sentimento de inquietação que surge com a ideia de um perigo real ou aparente (Dicionário da Língua Portuguesa, 2006).

O medo pode ser entendido como uma sensação de ansiedade que produz um estado de alerta em face de uma percepção de risco ou perigo iminente. Tal percepção tanto pode ser baseada em factores reais quanto imaginários. O medo também pode ser desencadeado por determinadas condições, objectos, pessoas ou situações representativas de risco ou perigo, em diferentes intensidades (FEAR, 2006).

O medo pode ser desencadeado como uma reacção emocional que se caracteriza ao perceber do perigo e a ansiedade produzida por ameaça antiga ou iminente, indicada por factores no ambiente, tais como a notícia de ocorrência de homicídio, violação, arrombamento, agressões físicas (FEAR, 2006).

Segundo o Comité Europeu das Nações Unidas (2003), os problemas criminais são, essencialmente, o medo de certos delitos como, por exemplo: homicídio, delitos sexuais, arrombamentos, assaltos e lesões corporais.

Percebe-se que o medo é um sentimento de inquietação perante a um perigo real ou aparente, receio, temor, angústia ou ainda ansiedade em relação algo desagradável. (Dicionário de Língua Portuguesa, 2009).

5. O Medo do Crime

Lourenço e Lisboa (1991) explicam que medo do crime pode ser entendido segundo um sistema de estudo da certeza que envolve, manifesto dos factos que deram origem, ajustado num raciocínio situação e a avaliação do risco e que se expressa em comportamentos usuais de protecção.

O medo do crime é criado como um sistema face à realidade da criminalidade ou do crime, construído e suportado por meio da adopção de uma dissertação que magnifica o risco criminal e a vulnerabilidade face a ele. É através da dissertação que se cria ideias sobre o crime e a confusão, não comparando a mostra da realidade externa, nem expressar o mundo interior das pessoas com medo (Machado & Carla, 2004)

Segundo Grabosky (1995), o medo do crime pode estar relacionado também com lesada indirecta, ou seja saber de que alguma pessoa próxima (familiar, amigo ou conhecido) foi vítima de um crime. Acrescenta ainda que existe maior tendência de evitar certos lugares durante a noite por parte de indivíduos que já foram vítimas de um crime e outras pessoas que sofrem por serem vítimas crónicas, vulgarmente manifestam sentimentos de insegurança.

De acordo com o Comité Europeu sobre os Assuntos Criminais [CEAC] (2003), o medo do crime é uma reacção emotiva ao risco do crime que é compreendido como ameaça pessoal. É um sentimento que abrange o elemento intelectual complementar incluindo a avaliação individual do risco, como também reacções comportamentais respectivas como evitar sítios isolados ou ruas escuras. Essas atitudes estão em conexão ao crime, relacionadas entre si e diferem entre indivíduos.

6. RESENHA HISTÓRICA DO MEDO E DA INSEGURANÇA

Ao caminhar da história essa pesquisa esteve encoberta, transformando-se digna de cuidado exclusivamente no século XX, com o aparecimento de uma imensa bibliografia sobre este tema, seguida do progresso da medicina. O medo é natural?

A bibliografia do século XX salientou o medo e a insegurança como um aspecto escasso nos séculos antecedentes: o medo como pertencente à natureza humana, “o medo e a insegurança nasceu com o homem na mais sombria do tempo”, “o indivíduo é por nobreza o ser que tem medo”, “todos os sujeitos têm medo”. O indivíduo sem medo não é comum e nada tem a ver com a coragem.

O medo, conforme o historiador Jean Delumeau, é tão ingênito quanto afirmativo para a existência bondosa, por se alimentar de um meio de defesa para prevenir que o homem pereça em uma ansiedade profunda.

Apoiado em psiquiatria, Delumeau ao estudar os medos existentes na Idade Média, distinguiu “medo” da “insegurança”: o medo, diz ele, “tem uma finalidade dirigida ao qual se pode fazer frente, ao passo que a insegurança não o tem, e é sentida conforme uma espera dolorosa. Os grupos sociais têm diversos organismos que enfrentam a fragilidade e vencer o medo.

A narração do mundo é a história de uma durável averiguação para extinguir os efeitos dos ânimos que amedrontam a segurança e a firmeza da vida em diversas maneiras, (Reguiello, 2000).

Delumeau (1989) dizia que estar próximo do perigo assim como o mais terrível ou o menos visivelmente reconhecido, é um sentimento total de insegurança.

Desde a velhice, principalmente na época da renascença, o medo era visto como contrário da cobardia. Cheio de acanhamento e qualificado como um sentimento baixo, o medo era ligado ao povo e a coragem cabia a nobreza.

Esse autor salienta ainda que medos redobrados podem conduzir à angústia, e instalar um desajustamento profundo na pessoa e provocar um estado de inquietação profundo gerador de crises de aflição e a aflição provocar medo.

Transportamos imenso dos nossos antecessores o tratamento do medo. Na bibliografia que fala sobre a violência criminal mostra os elementos primordiais para o acréscimo da sensação de medo e insegurança das pessoas, sobretudo a partir da daquilo que se vê como crime ou então ser vítima dele, surgindo assim o medo.

7. AS DIMENSÕES DA INSEGURANÇA

Furstenberg (citado por Lagrange, 1992 & Ernesto, 1998) observa que a aparente contradição suscitada pelos resultados dos estudos podem ter origem numa confusão

conceptual, dado que se recorre, de forma indistinta, a duas noções: preocupação securitária e o medo do crime. A utilização destas duas dimensões do sentimento de insegurança permitiram concluir na sua época e nos Estados Unidos:

- 1) A preocupação securitária está inversamente correlacionada com as taxas de criminalidade;
- 2) O medo de ser vítima está correlacionado com as taxas de criminalidade;
- 3) A preocupação securitária e o medo do crime são independentes um do outro.

Em trabalhos mais recentes, no entanto, não se centra na relação entre medo do crime e taxas de criminalidade, como fez Furstenberg, mas entre preocupação securitária e apreensão vivida. Os estudos empíricos, quando procuram medir a preocupação securitária, pedem aos sujeitos julgamentos não reflexivos sobre o estado das coisas: “na sua opinião, a droga é uma das causas da insegurança?”, “na sua opinião, criar mais postos de emprego é uma das soluções da insegurança?”. Os inquiridos são, portanto, considerados como peritos sobre a orientação normativa da ordem pública.

Quando avaliam a apreensão vivida, as investigações pedem julgamentos reflexivos que implicam os respondentes como actores da vida social e não simplesmente como inquiridos: “eu sinto insegurança quando passeio à noite?”, “eu evito locais onde sei que há marginalidade?”. Questionam-se deste modo, as experiências privadas dos sujeitos de Lagrange.

Para Lagrange (1992) citado por Fonseca, a preocupação securitária nomeia, cria um tumulto perante a delinquência e o crime; a apreensão vivida é um medo assumido na primeira pessoa, em teores específicos. Uma opera no registo dos valores morais e políticos, constituindo-se como uma orientação de ideias e normas, a preocupação pela organização e evolução da sociedade. A outra opera no registo da vida dia-a-dia e corresponde a uma reacção a vestígios de medo, constituindo-se como uma dimensão vivida (Roché, 1994).

Em resumo, não há consenso no estudo do fenómeno, já que recorre-se a dimensões distintas da inquietude: um mesmo sujeito pode ter um sentimento de medo ou de vulnerabilidade, sem testemunhar preocupação moral e política em relação à violência e ao crime ou, pelo contrário, pode ter uma elevada preocupação e uma reduzida apreensão.

Em Angola parece-nos que este tema insegurança e medo do crime, é o primeiro pois não encontramos literatura que abordasse um estudo igual para se poder medir o grau de insegurança e do medo das pessoas em relação as experiencias vividas.

8. FACTORES QUE CONDICIONAM O MEDO DO CRIME

Em várias cidades do mundo, o medo do crime perturba a maneira como os sujeitos analisam a cidade, pesando na escolha ou mesmo da consequência ao extenso prazo, assim como o bairro aonde viver, nas decisões do dia-a-dia sobre percurso para o serviço e escolhas de descanso. A casualidade de ser alvo é uma questão política maior, os cidadãos exigem o Estado que na sua rotineira não estejam atravessando a possibilidade de serem vítimas de crimes violentos. Esses são os elementos de resoluções de sujeitos e objecto de políticas patentes, nos últimos anos, o medo do crime (ou sentimento de insegurança) mudou o aspecto das cidades ao reforçar-se com diferentes brigadas móveis da polícia entre bairros, escolas, praças, boa iluminação no período nocturno, assim como o desarmamento da população.

O factor de grande importância do medo do crime é a possibilidade de que o dano físico que resulta de um crime violento.

Outros factores ligados ao fenómeno são:

- Morar próximo do local da criminalidade (morar em zonas com alto índice de criminalidade): alguns tipos de crimes ocorrem conforme único horário em locais pré-determinados (pontos quentes). Neste caso, os criminosos buscam alvos que estejam próximo dos seus locais rotineiros, consequentemente a trajectória e a hora em que o indivíduo circula no seu quotidiano e por vezes possuem íntima relação com o local e o momento em que a criminalidade ocorre.
- Ter sido vítima de alguém: estudos mostram que cada indivíduo pode reagir de forma diferente após ser vítima de um crime. Existem alguns factores que regularizam estas diferenças de conduta, entre as quais, a natureza do crime, as particularidades pessoais do criminoso e da vítima (idade, género, personalidade) entre outros. A sensação de insegurança pode ser agravada se a vítima for de baixa renda, se houver a percepção da impunidade, e se a vitima não receber apoio psicológico depois do episódio. Quanto mais grave e traumático for o episódio de vitimação mas duradoura serão seus efeitos, Reino Unido (2006).

- Vulnerabilidade de um indivíduo: a vulnerabilidade de um indivíduo pode variar conforme as causas externas que instituem as possibilidades para acontecimento do crime que depende das circunstâncias do ambiente e assim como das causas internas que ostentam a disposição para se tornar vítimas conforme as particularidades pessoais que não se podem alterar, como a idade, género, etnia, situações de saúde física, e mental e escolha sexual. Por isso, quanto melhor for a ocorrência das causas citadas assim como externas ou internas naturalmente superior será o sentimento de garantia de pessoa. Comité Europeu sobre assuntos criminais (em sua 22^a conferência criminologica)
- Isolamento social: o medo do crime pode ser salutar ou patológico. É saudável quando induz a adopção de medidas preventivas favorecendo um postura defensiva diante do crime. O medo do crime é patológico quando é caracterizado por comportamento excessivo da resposta do indivíduo ou dos membros da comunidade passam eventualmente ser prisioneiros das suas próprias residências, diminuindo assim a qualidade de vida e reforçando a insegurança sentida pelo indivíduo ou pela comunidade Reino unido (2006)

Dantas (2003) aponta que a providência exagerada não só estraga a particularidade de comportamento das pessoas e das sociedades, assim como determina a corrupção. Continuando diz que com o medo as pessoas não saem dos seus domicílios, ajudando a retraimento da sociedade para lugares particulares, protegidos e fortalecidos com vedação, gradeamento, cachorros, cuidadosos e também com sistemas electrónico de segurança. O isolamento social provoca várias consequências porque transforma os espaços públicos vazios e mais pesados com a presença de delinquentes e oportunistas, nesta altura a sociedade desperdiça o seu lugar de socialização e há desligamento dos laços entre as pessoas com relação ao isolamento social das pessoas.

9. A CRIMINALIDADE EM ÁFRICA

Estudos de Brito (2010) sobre a África, diz-se que é um continente com subdesenvolvimento crónico e que não tem melhoras relativas para os países que ali se encontram. Falando dos conflitos que levaram ao desmantelo dos domínios coloniais do continente e conseqüentemente das liberdades políticas e até recentemente, num tempo de meio século, a maior parte dos países africanos tem conhecido, ao longo do tempo,

situações penosas, mais ou menos prolongadas, como perturbações políticas e sociais, (Medeiros, 2010) 70% das decisões da Organizações das Nações Unidas (ONU) e do Conselho de Segurança estima que dos 35 conflitos violentos no mundo, 13 localizavam-se em África; na mesma época esta realidade foi contínua e é um dos aspectos que, em conjunto a pobreza, fome, disseminação da infecção pelo vírus VIH/Sida, catástrofes naturais, se evidência na “África” e aos africanos, Bouquet (2008).

Nos últimos anos há redução do número das ocorrências e registou-se progressos em matéria de resolução da paz. Mesmo assim existem ainda conflitos, como é caso da República Democrática do Congo. A consequência que dali resultou não se pode calcular, catastróficas e assoladoras. A violência e a guerra provocaram muitas vítimas e assim surgiu o sentimento de insegurança e o medo. Nesse país, a guerra civil no leste, em Outubro de 1996, vitimou 7% da população no Ruanda, Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento PNUD (2005).

Medeiros (2010). Os conflitos violentos provocaram abandono das zonas rurais para as zonas urbanas, pobreza, fome, perda de famílias, destroem-se habitações, lares, separação das famílias, aumento da população de uma determinada zona mais seguro.

10. A CRIMINALIDADE EM ANGOLA

A solução de fundo para combater, controlar e reduzir a violência, para que a população esteja segura e sem o medo de crime, é o progresso com geração de emprego, disposição de renda, saúde e educação nas grandes cidades e em todos países.

A questão da Insegurança e do medo do crime vem atingindo lugares cada vez melhores na agenda política dos dirigentes, parlamentares, pesquisadores e na lista do pensamento da população civil, afectando o dia-a-dia de todo indivíduo. Nenhuma pessoa está mais indiferente a esse tormentoso problema, porque ele intervém na vida de qualquer indivíduo.

Na guerra civil de Angola por exemplo, de 1975 a 2002, morreram 350 mil pessoas; no Iraque, desde a invasão em 20 de Março, foram mortos quase 11 mil civis. As vítimas das bombas atómicas de Hiroshima e Nagasaki somaram 340 mil pessoas. (Valentim, 2004).

Segundo Brito (2010), Angola como lugar de recreios político-económico de grandes potências desde os vários tempos concorreram para o seu subdesenvolvimento assim como na guerra fria, com gasto de enormes somas de recursos naturais e uma imensa

quantidade de mortes e de sequelas físicas, morais e familiares para os habitantes da colónia de Angola, (Arnaut & Lopes 2008).

A guerra em Angola foi uma das mais longas e violentas da história da humanidade. A guerra durou cerca de 14 anos, em seguida a guerra civil que durou 27 anos e que esperamos ter terminado com os acordos de 4 de Abril de 2002. A guerra é um dos acontecimentos biopsicossocial mais traumatizantes, na medida em que costuma provocar a morte de um grande número de pessoas e é uma ameaça grave à vida e sobrevivência de muitas outras. As vítimas de um conflito armado perdem familiares, amigos, haveres pessoais, muitas vezes têm de deixar a região onde vivem para irem para outra mais segura. Muitas pessoas morreram vítimas directas ou indirectas da guerra. Dados recentes apontam para 2,7 milhões de angolanos que morreram de fome e 1,5 milhões de angolanos mortos nos conflitos armados (Ventura, 2003).

Para esse autor, o balanço das consequências pós guerra apresentou desmobilizados com traumas físicos assim como psicológicos, alguns ganham desarranjos intelectuais graves, ou mesmo inadaptação social e agastamento.

Sem desarmamento total da população será difícil alcançar a paz verdadeiramente dita; a desgraça é crescente, e a delinquência ganha a sua subsistência por meio do crime armado. As armas que se encontram em posse da população civil auxiliam as retaliações políticas, habitacionais e individuais. Por essa razão a população fica insegura e com medo do crime. Esta atitude causa ameaça à segurança da população para além de prejudicar a reconstrução e reconciliação nacional. Não devemos nos esquecer de mencionar a existência de explosivos em muitos campos ainda não desminados, que a qualquer momento podem explodir e provocar vítimas em tempo da paz. Esta é a razão maior da acumulação da população nas cidades sem poderem retomar as suas terras de origem para prosseguirem com a produtividade agrícola. Com armas no seio da população a insegurança e medo do crime vai permanecer.

O autor sustenta que houve superlotação nas cadeias por causa do aumento do número de reclusos em 2010, aumento significativo da criminalidade no território, em quantidades superiores.

O crime em Angola é uma situação alarmante porque, este é praticado por adolescentes, jovens e adultos desempregados, factor económico familiar baixo, o custo de vida alto empobrece cada vez mais a população, baixa escolaridade e difícil acesso ao

ensino, as doenças, a fome, a pobreza e o factor guerra que provocou a concentração das pessoas nas cidades, e daí o aumento de números de habitantes faz com que o índice de criminalidade aumente.

Segundo discurso radiofónico proferido pelo comandante Geral da Polícia Nacional, em Luanda, a criminalidade é um mal que enferma todos os países e Angola não pode fugir este flagelo, com características próprias de evolução, natureza e tipicidade dos actos. Aponta exemplos recentes ocorridos em várias localidades do país, tais como de marido que mata a esposa por um simples atraso na confecção de refeições, mãe que mata a filha por não ter conseguido vender o seu negócio, pai que viola a filha de menor idade, filho que viola a mãe, irmão que viola a irmã, entre outros.

Com tudo o que se acabou de se referir, pode-se afirmar que a criminalidade real em Angola é um fenómeno altamente complexa, e de difícil medição, uma vez que dificilmente pode-se fazer o cálculo da aproximação sobre a sua realidade, sem usar os métodos que a criminologia e as ciências criminais sugerem.

11. CRIME E CRIMINALIDADE EM BENGUELA

Segundo Frometa (2006), a guerra que abateu os angolanos impediu o desenvolvimento da população das zonas urbanas e a carência foi inovando os crimes, (roubos e furtos) na cidade de Benguela. Este crescimento delituoso permite que a população benguelense fique insegura. Para além disso não existem instituições adequadas que tenham como tarefa reeducá-los, nem nas escolas, não existem estratégias adequadas que incluam a comunidade educativa para prevenir este factor.

A ideia desse autor é corroborada por Tolosso (2007), na sua dissertação sobre “os factores que intervêm no aumento da criminalidade no seio da juventude do Município de Benguela”, concluiu que a juventude desse, realiza delitos de qualidade diversa por escassez económica e desemprego, separação das gerações, carências económica, falta de diálogo na família, consumo de droga e álcool.

Esses autores afirmam ainda que a não valorização dos psicólogos já formados na área de psicologia, faz com os alunos e outras pessoas não sejam acompanhados devidamente. A falta de companhia dos pais aos filhos concorre para o acréscimo da insegurança e do medo do crime no meio da população.

A ausência ou escassez de especialistas em psicologia, pedagogia, sociologia, contribui para não reeducação e orientação adequadas dos jovens quando presos e a insuficiência de instituições sociais que possam velar pela educação dos ex. jovens reclusos é um dos factores a apontar como uma das causas do aumento da delinquência juvenil nesta urbe benguelense.

Pode-se diminuir a delinquência com a promoção de políticas de reintegração social adequadas à nossa realidade, e programas de apoio social, bem como formação profissional aos jovens não enquadrados no sistema educativo ou no trabalho, de forma a evitar o aumento da violência e da criminalidade no nosso país.

A prevenção da insegurança e do medo do crime desde as escolas passa por um processo educativo angolano. É esta uma das tarefas que deve estar presente nos projectos educativos das instituições escolares.

Segundo o relatório da Direcção Provincial de Investigação Criminal referente ao ano de 2011, sobre a situação delituosa da Província de Benguela, os crimes mais comuns foram:

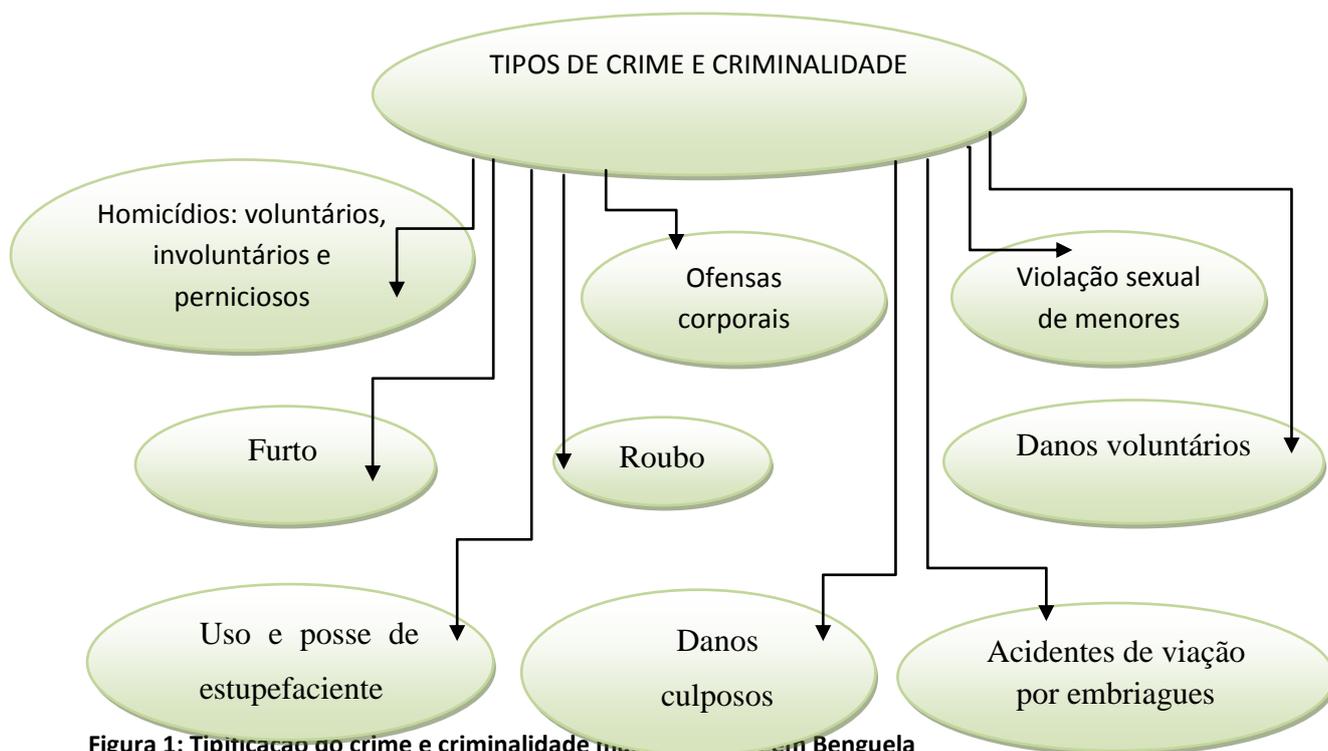


Figura 1: Tipificação do crime e criminalidade mais comuns em Benguela

As idades dos elementos detidos no 2011 variaram dos 16 a 50 anos de idade, sendo a maioria dos detidos do sexo masculino e cinquenta (50) do sexo feminino.

Os horários mais afectados pela criminalidade, variou entre 18h00 às 20h00 e das 0h00 às 5h00.

As causas que contribuíram no cometimento dos delitos ora registados foram:

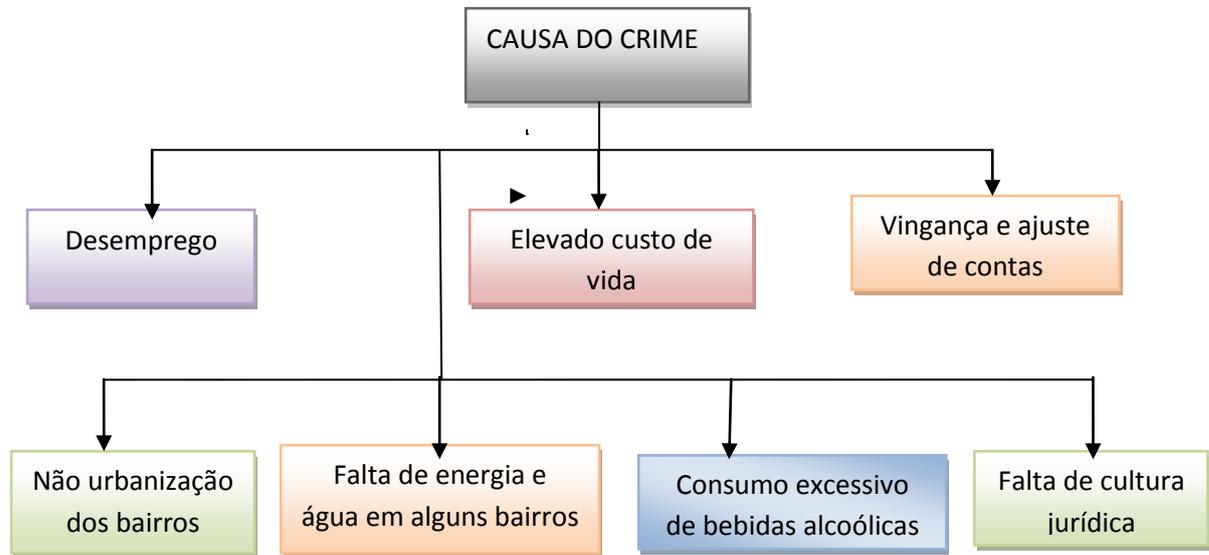


Figura 2: Causas do crime

12 QUADRO TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

São o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objecto. Estas representações são resultantes da inteiração social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos.

Conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afectivo e simbólico sobre um fenómeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social (Wagner, 1998).

Representação social” constitui o sentido atribuído a um objecto pelo sujeito mas com base nas informações sempre da sua prática e relações (Madeira, 1998).

As representações são planos desenvolvidos por representadores sociais para enfrentar a diferença e a motricidade do mundo embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente (Jovchelovitch, 1995).

A investigação das representações sociais tem revelado o nascimento e o amadurecimento instrutivo da noção de representação social, para além de variadas

definições que lhes são atribuídas. As representações são um saber produzido socialmente e distribuído, o mesmo executa funções bem precisas. Os processos sociocognitivos de objectivação encorajam os indivíduos como os grupos constroem o conhecimento. A escola de Genebra aceitou as representações sociais como inícios preparadores, tem destacado a ideia que busca agrupar uma boa concordância entre os vínculos sociais simbólicas, estruturais particulares dos conhecimentos sociais.

Moscovici (1976), citado por Fonseca na sua tese de mestrado, dizia que desde sempre, as sociedades consideraram as suas experiências e comportamentos. As pessoas, quando comparadas com as solicitações do meio ou mesmo pela precisão de “estar ao corrente” estudam e ordenam o certo de forma coesa para si. Esta pesquisa de vida exerce utilidades bem delineada, na forma em que ela tem como finalidade a descrição e explicação da experiência dia-a-dia, previsto de comportamentos e o que acontece.

A influência das representações sociais determina o raciocínio próprio do pensamento natural, a forma como os sujeitos diariamente apreendem, com relação ao meio perto ou remoto, os eventos, os comportamentos, os sujeitos, os grupos e os factos sociais. As representações sociais são forma exclusiva de entendimento e de junção, estando ligadas com sistemas de pensamento vastos. Reflectem, as conjunturas sociais, saber privadas e carinhosas dos sujeitos

Segundo Doise (1986b) citado por Fonseca, ocorrem duas deduções sobre a noção de representação social se achar no interface do psicológico com o social. Em primeiro lugar, os investigadores de diferentes disciplinas podem encontrar-se na mesma encruzilhada sem se aperceberem; em segundo, a noção de representação social adquire uma grande polissemia, isto é, ela designa um vasto leque de fenómenos e de processos.

Observa-se, com efeito, que os vários investigadores que se dedicam ao estudo das representações sociais produzem diferentes definições, em função da maior ou menor ênfase colocada num determinado aspecto da polissemia que o conceito incorpora. Esta pluralidade de definições torna infrutífero qualquer esforço no sentido de encontrar uma que seja comum a todos os investigadores.

Pode-se, a título ilustrativo, enunciar a definição de Herzlich (1972) que, tentando realçar a especificidade do pensamento social face ao pensamento individual, considera que uma representação social é uma “modalidade de conhecimento particular, expressão específica de um pensamento social. Por seu lado, Jodelet (1989), ao procurar caracterizar

a representação social de uma forma abrangente, define-a como “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

A história demonstra, contudo, que outros conceitos se revelam, igualmente duvidosos em se acomodar a uma única definição. Moscovici (1988).

O Moscovici assumiu, de forma clara, a sua repugnância em relação à definição da noção de representação social, ele reconheceu que outros autores têm entendido definir o conceito com sucesso, pelo que o debate acerca da definição da noção de representação social se revela.

A obra *princeps* de Moscovici (1976), não só lança as bases da teoria das representações sociais, como origina uma corrente de investigação que modifica profundamente a psicologia social. As representações sociais têm-se evidenciado, desde então, não só como uma noção chave para a psicologia social, na medida em que têm alimentado numerosos trabalhos e debates nesta área do saber, como têm vindo a ocupar uma posição central nas ciências humanas e sociais.

Moscovici (1988) atribui à noção de representação social uma função explicativa, no âmbito da psicologia social. Este conceito tem sido considerado mais como “um estímulo heurístico do que como um campo conceptual bem delimitado e definido e inserido numa teoria com contornos bem definidos” (Vala, 1993, p. 359).

O facto das representações sociais darem conta de uma forma de conhecimento, facilita a perspectiva de que elas se podem reduzir a um acontecimento intra-individual, em que o social apenas intervém secundariamente. Não é, no entanto, esta a posição defendida por Moscovici que considera que o estudo das representações sociais deve ter por base, não o plano individual, mas o colectivo: “o primeiro passo está na deslocação das nossas investigações e do nosso interesse do plano individual para o colectivo” Moscovici (1986).

Na medida em que as representações sociais se encontram no interface do psicológico com o social, elas devem ser analisadas enquanto produto e processo da elaboração psicológica e social do real. As representações sociais referem-se, por um lado, à forma como o sujeito social elabora o seu conhecimento espontâneo e, por outro, dizem respeito ao modo como os grupos sociais constroem socialmente um conhecimento e o partilham.

O modo de interpretar, compreender e pensar a realidade quotidiana, as representações exaltam a acção intelectual desenvolvida pelo sujeito em relação com as situações, acontecimentos, objetos e comunicações que o rodeiam.

As duas perspectivas que se colocam são: o indivíduo, quando apreende a realidade que lhe é exterior, representa-a, de forma mais ou menos correcta, na sua mente; ou então, ele assume um papel activo na produção do conhecimento, pelo que ele não reproduz, mas, pelo contrário, constrói a realidade. É no quadro deste último estatuto teórico e epistemológico que, desde o trabalho de Moscovici, a noção de representação social se tem desenvolvido.

Para Moscovici (1976), as representações sociais “encontram a sua origem na vida quotidiana, no decurso de comunicações entre indivíduos. A comunicação assume, assim, um papel primordial na elaboração das representações sociais. Alguns autores consideram ser esta a característica que legitima que as representações sejam qualificadas como sociais: “o que permite qualificar de social uma representação, são menos os seus suportes individuais ou grupais que o facto de elas serem elaboradas no decurso de processos de trocas e de interacções” Codol, (1984). As representações sociais são veiculadas e criadas por canais de comunicação; elas são o resultado de um conjunto de interacções sociais específicas. Desta forma, a função constitutiva da realidade é determinada socialmente. Se, por um lado, o sujeito, enquanto entidade individual, desempenha um papel activo na construção das representações, por outro, ele não se encontra num vazio social. Na medida em que vive em comunidade, o indivíduo partilha os diferentes aspectos da sua realidade quotidiana com os actores que o rodeiam, intencionalmente procura que a interacção - por vezes na convergência, por vezes no conflito

Os indivíduos, quando procuram produzir sentido, utilizam os sistemas de código e de interpretação fornecidos pela sociedade. As representações recebem, deste modo, uma cunhagem social. São as ideias, modelos, crenças e valores dos grupos que, através das suas redes de comunicação, canalizam, modificam e orientam a actividade de produção do sujeito social Guimelli, (1994). Enquanto resultado de um conjunto de interacções sociais específicas entre grupos e pessoas, as representações sociais resultam, não só das experiências individuais, como também das “informações, saberes, modelos de pensamento que nós recebemos e transmitimos pela tradição, educação e comunicação

social” Jodelet, (1984). As representações sociais são, assim, um conhecimento socialmente elaborado.

As representações sociais são, também, um conhecimento partilhado pelos sujeitos de um mesmo grupo social ou com uma mesma experiência social. O funcionamento dos grupos, do sistema social e das interações determina a dinâmica das representações, isto é, afecta a sua génese, a sua estrutura e a sua evolução. Na medida em que as informações veiculadas no interior do grupo se baseiam na confiança, pelo que são aceites e raramente verificadas, pode transparecer que elas são constituídas de forma arbitrária. A constituição da representação ocorre, em função dos valores e normas do grupo em ela circula, os quais lhe dão uma coerência própria. As representações sociais não são, deste modo, independentes da inserção social do sujeito, do lugar, posição ou função que ele desempenha. Existe, pois, uma correspondência entre as formas de organização social e de comunicação e as modalidades de pensamento social Jodelet (1989). As representações sociais, após serem criadas por sujeitos em situação de comunicação, tornam-se autónomas da sua consciência e até a dos grupos, “elas vivem a sua própria vida, circulam, apoiam-se, aliciam e afastam, e dão nascimento a novas representações, enquanto as antigas morrem” Moscovici (1984).

Moscovici (1984) considera que, para se compreender e explicar uma representação, não é suficiente começar pelo comportamento ou pela estrutura social, é necessário pensar como ponto de saída as representações sociais que estiveram na sua origem. Em resumo, as representações sociais são reflectidas e motivadas pela actividade construtiva e independente do sujeito social, o qual se encontra, não isolado, mas em situação de troca e de cooperação. As representações são veracidades motivadas socialmente e são divididas. A sua enérgica transformacional provoca que elas possam ser percebidas e comentadas a partir de outras representações.

Segundo Moscovici (1984) e SÁ (1995), citado pelo Ernesto (1998), os indivíduos não são apenas processadores de informações, mas pensadores activos que “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmo”. A teoria das representações conduz a um novo olhar aos objectos a que se propõe compreender, traz à superfície elementos importantes para compreensão das construções sociais.

Sobrinho (1998) contribui ainda para a formulação de novas hipóteses, sobre os vários problemas presentes na sociedade; Para ele, as representações compreendem um conjunto de conceitos, afirmações e explicações pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção das realidades.

A sequência nos permite ver que o conceito de representação social é um conceito plural e bastante complexo, mas, mesmo existindo várias acepções umas mais aproximadas, outras nem tanto, nos é possível identificá-las como sendo: dinâmicas, explicativas; abarcando aspectos culturais, cognitivos e valorativos; possuindo dimensão histórica e transformadora.

As representações sociais, segundo Moscovici, são compostas por uma estrutura teórica. Ainda ele diz que a representação social tem duas faces que não se dissolvem: a face representativa ou imaginativa, que pertence ao objecto, e a face figurativa, que equivale ao sentido atribuído ao objecto pelo sujeito, ou seja, o entendimento é que não existe representação sem objecto.

Cada representação é construída na relação entre sujeito com o objecto representado, não é simples reflexo do mundo externo na mente, ela vai além do trabalho individual do psiquismo, surge como um fenómeno colado ao social. Citado por Carlos (1998).

Jovchelovitch (1995) diz que “a relação e a actividade do indivíduo com outros que tem origem e representações, é através da actividade do sujeito e de sua relação com outros que as representações têm origem, admitindo uma interferência entre o sujeito e o mundo que ele descobre e constrói”.

Desta configuração estrutural das representações sociais, Moscovici distingue os processos formadores das mesmas que são: a objetivação e a ancoragem.

A objetivação tem função de duplicar um sentido por uma figura, dar matéria a um objecto imaterial, torná-lo natural, corporificar os pensamentos, tornar real e visível aquilo que não conseguimos segurar, transformar em objecto o que é representado (Sá, 1995 e Nóbrega, 1990)

Um exemplo de objectivação é quando se compara Deus a um pai. Ao fazer-se, concretizamos o abstracto, assim passamos a tratar com naturalidade, familiaridade.

Ancorar é duplicar uma figura por um sentido. A ancoragem é tornar claro e dar nome as coisas estranhas, que ainda não estão classificadas e nem têm nomes. Consiste na integração cognitiva do objecto representado a um sistema de pensamento social preexistente. Ancorar é encontrar um lugar para encaixar o não-familiar, é pegar o concreto e lhe atribuir um sentido.

Jovchelovtch (1995) diz que esses dois processos “são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para o nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”.

Tendo sido apresentadas até o momento considerações que nos dão noção do surgimento do estudo específico das representações sociais, do processo de formação da teoria, dos vários conceitos elaborados sobre o fenómeno representação social e dos processos de formação, então quais as suas funções?

Ângela Arruda (1998) diz que “as representações sociais constituem uma forma de metabolizar novidade, transformando-a em substância para alimentar nossa leitura do mundo, assim incorporar o que é novo”.

Um primeiro delineamento formal do conceito de representação social nos é colocado por Moscovici quando este, ao explicar sobre a produção de Durkheim, reconhece que as representações colectivas não dariam conta da complexidade das sociedades modernas, cuja realidade social é desafiada constantemente pela presença do novo, do estranho, do não-familiar. Esses fenómenos – novos, estranhos, não-familiares de origem e âmbito diversos exigem uma nova compreensão. Com a teoria das representações sociais eles passam a serem vistos sob uma nova perspectiva, uma perspectiva psicossociológica.

O objectivo de todas as representações é transformar o que não é familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar, Moscovici (1984) e Sá (1995).

Este é o motivo pelo qual foram criadas as representações e isto sucede nas dinâmicas de comunicação. É a comunicação o veículo que permite a formação das representações que, por sua vez, tornam possíveis a reconstrução do real, Nóbrega (2001).

Se o estranho não se apresentasse, o pensamento social teria a estabilidade de que Durkheim falava e suas representações colectivas dariam conta de explicá-lo.

Quanto às funções, as representações sociais respondem em duas: contribuem com os processos de formação de condutas e orientam as comunicações sociais. Essas duas funções são delineadas por Moscovici (1961).

Abric (1998) apresenta as seguintes funções das representações sociais: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora.

Ao assumir a função de saber ou cognitiva, as representações permitem compreender e explicar a realidade, permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um quadro para eles próprios, assim elas facilitam a comunicação social.

Como função identitária, elas definem a identidade e permitem a protecção da especificidade dos grupos, salvaguardando a imagem positiva dos mesmos.

A função de orientação permite que as representações guiem os comportamentos e as condutas dos indivíduos, elas são um guia para a acção servem como instrumentos pelos quais os sujeitos e os grupos apreendem o seu ambiente e desempenham um papel crucial na orientação das comunicações e das condutas sociais, Moscovici, (1978), Abric (1998) e Jodelet (1986).

Finalmente, a função justificadora permite a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos por parte dos sujeitos, assim como a manutenção ou reforço dos comportamentos de diferenciação social assumidos pelos grupos sociais ou pelos indivíduos. Nas relações de discriminação a representação do outro serve para justificar a acção que se empreende em relação a ele tem uma função antecipada contribui para o desenvolvimento das relações sociais e neste sentido é uma ligação entre o passado e o futuro, Doise (1972).

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo sistematiza os procedimentos metodológicos utilizados para se estudar o universo semântico da insegurança e o medo do crime, assim como os resultados encontrados.

1. OBJECTIVOS

O objectivo geral da investigação é de contribuir para a compreensão da representação social do medo do crime e da insegurança em Benguela - Angola.

Os objetivos específicos são:

Analisar a insegurança e o medo do crime em Benguela;

Definir a insegurança e o medo do crime;

Perceber até que ponto os Benguelense têm medo do crime.

A realização deste trabalho visou igualmente responder a seguinte questão: o que pensam os benguelenses sobre o crime e insegurança? Essa questão permitiu levantar as seguintes

2. PROCEDIMENTO

Realizou-se um estudo de corte transversal, no qual os instrumentos de pesquisa foram aplicados somente uma vez. Tendo em conta o objectivo pretendido, optou-se, pois, pela realização de um estudo exploratório de carácter descritivo com uma abordagem qualitativa.

Para a recolha da informação utilizou-se a escala técnica da associação livre (Anexo 3): “palavra-estímulo faz-me pensar em?”. Foram criadas duas ordens de apresentação insegurança - medo de crime e medo de crime - insegurança, para anular os efeitos da ordem da apresentação. A ordem insegurança - medo de crime tem 92 questionários e a ordem medo de crime – insegurança 98.

Cada sujeito foi interrogado individualmente pelo investigador, tendo que responder apenas a uma das ordens.

As entrevistas foram efectuadas, na totalidade, no município Benguela, durante 8 semanas, em várias instituições laborais, de acordo com a acessibilidade da rede de contactos da investigadora. Assim, foram realizadas entrevistas: (i) no Hospital Central Benguela, onde foram entrevistados médicos, enfermeiros e trabalhadores administrativos na Pediatria e Maternidade; (ii) na Escola de formação de professores de Benguela; (iii) na penitenciária de Benguela

O consentimento informado da totalidade dos sujeitos foi obtido de forma escrita, sendo a participação voluntária não existindo qualquer contrapartida ou benefício económico para os participantes.

3. AMOSTRA

A amostra foi constituída por 190 sujeitos, sendo 66,85% do sexo masculino e 33,15% do sexo feminino. A idade variou entre o 15 e os 59 anos de idade, sendo a idade média de 31.15 ± 10.6 . A escolaridade, por seu lado, variou entre o analfabetismo (1%) e o ensino superior (15%).

4. Processos de tratamento e análise dos dados

Inicialmente foi criada uma matriz em SPSS para a inserção dos dados colectados e tratamento estatístico dos mesmos. Foi utilizada análise descritiva, utilizando-se as frequências.

Realizou-se, também, uma análise factorial de correspondências simples.

5. RESULTADOS

5.1 – Representação social do medo do crime

Foram produzidos 1211 respostas a que correspondem 470 termos diferentes, cujas frequências variam entre 73 e 1.

A análise de frequências evidencia 17 respostas com frequência igual ou superior a 10, apresentadas na

Tabela 2.

A Tabela 1 apresenta-nos as respostas associadas ao medo do crime. Como se pode ver, as respostas mais relatadas foram cadeia com 73 respostas, morte com 43 respostas e sofrimento 37 respostas.

Tabela 1: Palavras associadas ao indutor medo do crime

Medo do Crime	Respostas	Medo do Crime	Respostas
Cadeia	73	Assaltos	16
Morte	43	Desgraça	14
Sufrimento	37	Condenado	13
Violência	35	Desconfiança	13
Roubo	29	Medo	13
Prisão	27	Preso	12
Insegurança	19	Arrependimento	11
Justiça	19	Crime	11
Fugir	17		

Depois aparece a violência com 35 respostas, roubo com 29, prisão com 27. Insegurança e Justiça têm 19 cada. Fugir tem 17 respostas, assaltos 16 e desgraça 14 respostas, Condenado, desconfiança, medo 13 respostas, preso 12 respostas, arrependimento, crime 11 respostas.

5.2 - Representação social da insegurança

Foram produzidos 1104 respostas a que correspondem 382 termos diferentes, cujas frequências variam entre 71 e 1.

A análise de frequências evidencia 16 respostas com frequência igual ou superior a 10, apresentadas na

Tabela 2.

Como se pode ver, as respostas mais relatadas foram medo, com 71 respostas, morte, com 68, desconfiança, com 47, e roubos, com 37 respostas.

Tabela 2: Palavras associadas ao indutor Insegurança

Insegurança	Respostas	Insegurança	Respostas
Medo	71	Crime	16
Morte	68	Violação	15
Desconfiança	47	Tristeza	14
Roubos	37	Família	12
Violência	21	Perder	12
Assaltos	18	Agressão	11
Drogas	17	Delinquência	11
Segurança	17	Polícia	10

Depois aparece violência com 21 respostas, assaltos 18 respostas, drogas, segurança com 17 respostas, respectivamente crime com 16 respostas, violação com 15 respostas, surge ainda também tristeza com 14 respostas, confiança, família, perder com 12 respostas, assim com agressão, delinquência com 11 respostas e polícia com 10 respostas.

5.2 – Representação social do medo do crime e da insegurança

A análise factorial de correspondência simples evidencia campos representacionais da insegurança e do medo do crime distintos, Figura 3.

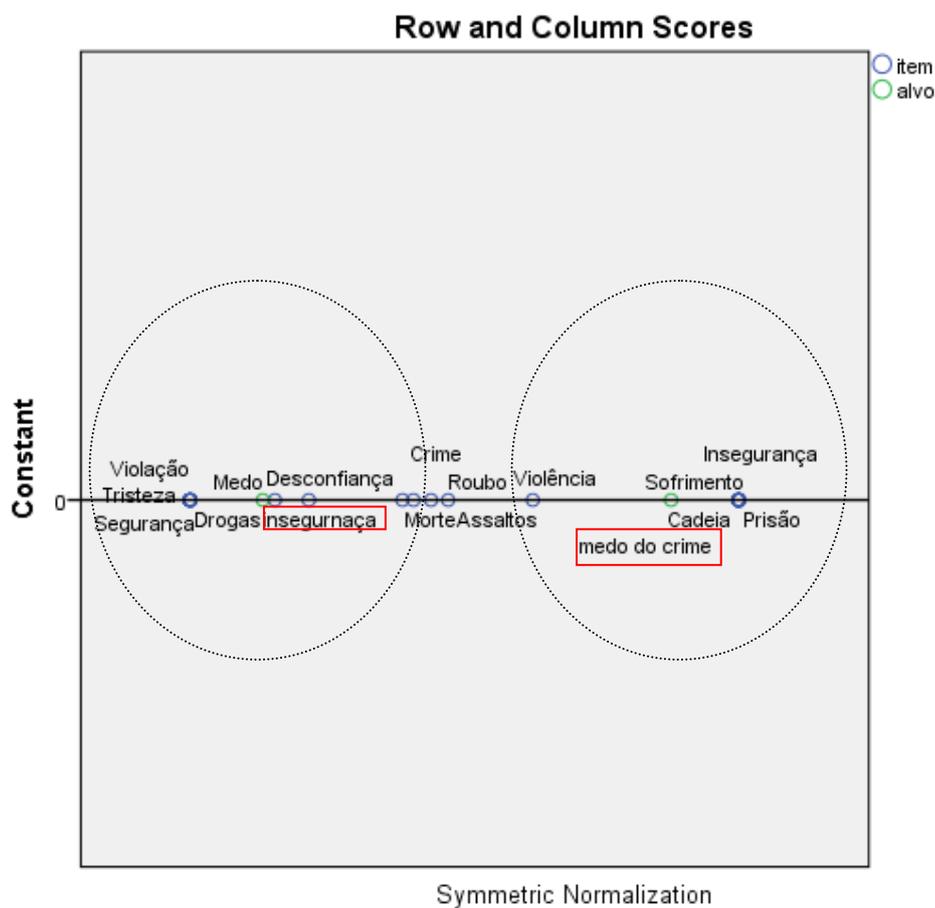


Figura 3: Campo representacional da insegurança e do medo do crime

Como se pode observar insegurança associa-se a tristeza, violação, segurança, drogas, medo e desconfiança. Por seu lado, o medo do crime associa-se mais a prisão, sofrimento, cadeia, insegurança e violência.

Crime, roubos, assaltos e morte são termos que fazem parte do campo representacional de insegurança e do medo do crime.

CONCLUSÕES

No final da pesquisa é possível dispor algumas conclusões para responder aos objectivos da investigação.

Os campos representacionais da insegurança e do medo do crime remetem para a própria noção de crime e para a criminalidade patrimonial, como roubos e os assaltos, A morte é também um elemento presente nos campos representacionais dos dois conceitos em estudo.

O medo do crime associa-se à violência, assim como ao sofrimento e à insegurança, e à exclusão dos autores do crime na prisão ou cadeia.

A insegurança associa-se ao crime de violação e às drogas. Em termos de sentimentos a insegurança agrega a tristeza, o medo e a desconfiança

A representação social do medo do crime e da insegurança, em Angola, apresenta uma cristalização no crime, que no crime contra as pessoas, quer no crime contra o património, e suas consequências.

BIBLIOGRAFIA

- Dicionário Universal da Língua Portuguesa. (2009). Porto Editora, Portugal, Out.
- Dicionário Pro Língua Portuguesa – Porto Editora, (2006).
- Durkheim, E. *As regras do método sociológico*. In: *Durkheim, vida e obra* (Os pensadores).
- European Journal of Social Psychology*, Vol. 18, p. 195-209.
- Felippe. A. M. R. (1980). *Patologia Social* (5ª Ed.). Zahar editora, Brasil.
- Frometa, C.M. et al. (2006) *Factores que intervêm no aumento da criminalidade no seio da juventude no município de Benguela RA*.
- Herzlich, C. (1972) *La représentation social*. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à*
- Ibáñez, T. (1994) *Constructing a Representation or Representing a Construction?*
- Jahoda, G. (1988) *Critical notes and reflections on “social representations”*.
- Jean.M. (1986). *Crimes e Leis*. Biblioteca Básica de ciência e cultura.
- Jodelet, D. & Ohana, J. (1989). Bibliographie générale sur les représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les Représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1984) *Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. In S.
- Jodelet, D. (1984). *Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. In S. Moscovici (Ed.), *La psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1989). *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.), *Les Représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jorge, F. D., & Manuel. C. A. (1997). *Criminologia, o homem delinvente e a sociedade criminogênia*. Editora Coimbra.
- la psychology social*. Vol 1, Paris: Larousse.
- la psychology social*. Vol 1, Paris: Larousse.

- Lagrange, H. (1995) *La civilité a l'épreuve. Cime et sentiment d'insécurité*. Paris:
- Lindzey e E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology*. New York:
- Lipovetsky, G. (1989) *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo*
- Lisboa: Relógio d'Água DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, Uma Cidade Citiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Lourenço, N. & Lisboa, Manuel, (1991-92/1992-93). Criminalidade e sentimento de insegurança, Separata da revista «Textos», Centro de Estudos Judiciais.
- Machado & Carla (2004). *Crime e insegurança*. Discursos do medo, imagens do outro, Editorial Notícias, Lisboa, Sujeitos receosos.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança*. Discursos do medo, imagens Editorial Notícias, Lisboa.
- Markus, H. e Zajonc, R. B. (1985) *Cognitive theories in social psychology*. In G.
- Moscovici (1961), *La psychanalyse, son image et son public*.
- Moscovici (Ed.), *La psychologie sociale*. Paris: PUF.
- PUF.
- Reguiello, R. *The social construction of fear*. In: ROTCKER, S. *Citizens of fear: urban*
- Roché, S. (1994) *Insécurité et libertés*. Paris: Seuil.
- Teresa, P. B. (1984). *Direito Penal*, 1º volume. Associação académica da Faculdade de direito. Fevereiro, Lisboa.
- Theory & Psychologie*, Vol. 4(3), p. 363-381.
- Tolosso, C. et al. (2007). *A problemática da delinquência juvenil no centro pré-universitário do Lobito e suas consequências no processo docente educativo: estratégia de prevenção e redução do risco*
- Violence in Latin America. United States of America: Rutgers, 2000.

ANEXOS

Anexo 1. Pedido de autorização para a realização do estudo em instituições

AO EXCELENTÍSSIMO

SENHOR DIRECTOR DO HOSPITAL PROVINCIAL DE

BENGUELA

MARIANA CHIMUMA OLIVEIRA FRANCISCO BOLELA, mestranda em Psicologia Clínica e da Saúde pela Cesp- Formação Angola em Benguela.

Terminado com êxito o plano curricular da Pós-graduação, está a preparar a Tese com título: “INSEGURANÇA E MEDO DO CRIME”.

Estando na fase do trabalho de campo, solicita à sua Excelência Senhor Director, a autorização para a recolha de dados aos médicos, enfermeiros e trabalhadores administrativos desta unidade hospitalar.

Sem outro assunto, aproveito o ensejo de endereçar as minhas cordiais saudações!

AGUARDA DEFERIMENTO

Benguela, 8 de Fevereiro de 2011

O signatário:

Mariana Chimuma Oliveira Francisco Bolela

Anexo 2. Termo de consentimento informado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

TÍTULO DO TEMA CRIME E CRIMINALIDADE: INSEGURANÇA E O MEDO DO CRIME

Eu, li e/ou ouvi o esclarecimento sobre o projecto e compreendi para que serve o estudo, e quais os procedimentos a que eu serei submetido. Eu entendi que sou livre para interromper a minha participação a qualquer momento sem ter que justificar a minha decisão e que isso não me afectará de modo algum. Sei que o meu nome não será divulgado, que não terei despesas e que não serei remunerado ao participar no estudo.

Diante desse consentimento eu concordo em participar no estudo

Benguela ____/____/2011

(Assinatura do voluntário)

(Documento de identificação)

(Assinatura do Investigador)

(Assinatura do Orientador)

Telefone de contacto do investigador 923531789

Anexo 3. Instrumento Utilizado

ESCALA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE

A CESPU Formação Angola está a realizar um estudo sobre criminalidade. É para este estudo que peço a sua colaboração.

As suas respostas são confidenciais - não serão reveladas a ninguém e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica. Por isso mesmo não terá de se identificar. Responsabilizo-me pessoalmente pela confidencialidade das suas respostas.

Vou apresentar-lhe uma palavra em relação à qual deve dizer-me todas as palavras que lhe ocorrem, isto é, todas as palavras de que se lembre.

Vejamos um exemplo:

COMIDA faz-me pensar em: garfo, prato, arroz, satisfação, fome etc...

Interessa-me a sua resposta espontânea. Diga todas as palavras que lhe ocorrem. Diga o maior número possível de palavras. Não há boas nem más respostas. Não existe qualquer limite de tempo.

1. Medo do crime faz-me pensar em:

1-	7-
2-	8-
3-	9-
4-	10-
5-	11-
6-	12-

2. Insegurança faz-me pensar em:

1-	7-
2-	8-
3-	9-
4-	10-
5-	11-
6-	12-

Para fins de tratamento estatísticos, agradecia que me indicasse:

SEXO:

PROFISSÃO:

IDADE:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

